Sobre juros, usura e dívida externa.

J. O. de Meira Penna

Debrucemo-nos sobre um dos problemas centrais da conjuntura, a dívida externa. Com risco de cair em lugares-comuns, procuremos analisar os aspectos morais das altas taxas de juros que estão sendo cobradas ao Brasil. Falemos de usura. E, ao fazê-lo, levemos em consideração o que se ouve em discursos políticos, manifestações no Congresso e artigos de jornal, como expressão de justa e conscienciosa indignação pela alegada exploração de que estaríamos sendo vítimas por parte dos banqueiros internacionais — estes, encampados e protegidos pelo arquivilão da mitologia nacionalista xenófoba, o FMI! Coitado do Brasil! Pediu inocentemente emprestado alguns bilhóezinhos de dólares. Queria honestamente superar o subdesenvolvimento. Pretendia celereamente debelar a pobreza, e agora esses execráveis usurários nos roubam e exploram com juros extorsivos, invocando secretas e demoníacas instituições, tais como a *libor*, o *prime*, o *spread*, arruinando nosso povo, criando recessão e desemprego, baixando o PIB, encalacrando-nos, entalando-nos... Miseráveis! Foi retirado das prateleiras bichadas e mofadas o "Brasil Colônia de Banqueiros", de Gustavo Barroso. Esqueceu-se que G. Barroso era comandante da milícia integralista e que seus ataques se dirigiam então sobretudo contra judeus — os Rothschild, os Lazare Frères, os Goldschmidt e outros indigitados financistas sem pátria. O que vale é sua apaixonada denúncia do imperialismo do dinheiro cosmopolita que nos esfolia. Protestemos ardentemente contra o roubo!

Mas analisemos o tema!

A condenação da usura, ou seja, do empréstimo a juros, é antiquíssima e pode ser ocasionalmente encontrada em todas as sociedades. A tradição judaico-cristã, contudo, enfatizou a proibição que a Bíblia transformou em dogma. O Salmo XV condena a usura. Na Primeira Epístola a Timóteo (6:10), S. Paulo acentua que "a raiz de todos os males é o amor ao dinheiro", assim confirmando o *auri sacra fames* de Virgílio. Como resultado de tal ascético tabu, estendeu-se a proibição do empréstimo a juros durante a Idade Média, de que ficaram isentos os judeus. Isso contribuiu tanto para sua transformação em joalheiros, banqueiros e bodes expiatórios quanto para o anti-semitismo e ocasionais pogroms. A principal conseqüência da condenação escolástica, entretanto, foi a estagnação econômica do período.

É conhecida a tese de que os primórdios do capitalismo e do desenvolvimento econômico do Ocidente datam de fins do século XV, quando começa a fixar-se um limite legal, uma espécie de teto nas taxas de juros permitidas — libertando assim, ainda que parcialmente, o comércio do dinheiro. A usura é perseguida, acima de tais limites, como crime. É também interessante notar que, na Inglaterra, o teto baixou de 10% em 1541, ao tempo de Henrique VIII, para 5% em 1713. O desabrochar da expansão capitalista e industrial segue de perto a libertação da transação bancária. Foram Turgot em França (1775), Adam Smith e Jeremy Bentham na Inglaterra (1787) os primeiros a atacar incisivamente a teimosa idéia de um controle legal sobre as taxas de juros. Em meados do século XIX, a libertação do empréstimo a juros, segundo a lei da oferta e da procura, era já quase universal. Permanece, em alguns casos, o controle pelos tribunais na incidência clamorosa de abuso e extorsão, ao mesmo tempo em que cessa a prisão por dívidas. Observemos que o FMI não é um tribunal que procura coibir a ganância dos credores, mas assegurar a seriedade dos devedores, nas medidas de autocontenção para o serviço da dívida.

Bentham, numa crítica a William Pitt, então primeiro-ministro, escreveu: "Vocês sabem que é uma velha máxima de minha autoria que os juros, como o amor e a religião, devem ser livres". Sustentado no "Inquérito" de Adam Smith "Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações", o grande liberal manifestava sua tese de que se devia estender o princípio da liberdade de comércio ao dinheiro. Em carta a um amigo, Sir John Bowring, denuncia claramente o princípio: "Nenhuma pessoa de idade madura e mente sábia, agindo livremente e com os olhos abertos,

deveria ser impedida, tendo em vista alguma vantagem sua, de fazer tal negócio ao obter dinheiro conforme julgue adequado; nem deveria... ser impedida qualquer outra pessoa de supri-lo..."

Eis aí a questão fundamental do problema moral levantado: o Brasil, na década de 70, conhecia o "milagre" econômico. As taxas de aumento de seu PIB atingiam cifras espantosas de 9, 10 e mesmo 14% ao ano. Era dirigido (pelo menos se supõe...) por homens de idade madura e mente sábia. Estava agindo livremente e com os olhos abertos, chegando à decisão, que então parecia justificar-se, de estimular o desenvolvimento pelo recurso à poupança externa. Poderia ter seguido outro caminho. Poderia, por exemplo, haver imitado a Coreia, Formosa, Singapura e a Malásia, que são hoje países em acelerado progresso industrial, sem sofrerem de inflação, nem registrarem considerável dívida externa — isso porque fizeram apelo principalmente à poupança interna. A alternativa, porém, implica esforço, mais trabalho, mais austeridade, mais sacrifícios — e nem todos os povos estão dispostos a abandonar sua doce vida... Não sendo o mercado internacional uma instituição de caridade, uma entidade previdenciária, ou um asilo de desamparados, não cabe ao sistema financeiro mundial o dever de — nos termos do arrazoado escolástico contra Bentham — "proteger a indigência contra a extorsão, e a simplicidade mental contra a impostura". De qualquer forma, não aceitaríamos ser acimados de simplórios mentais...

O problema do controle e proteção da temeridade ou prodigalidade dos empresários (*projectors*), do tipo daqueles que nos têm governado a partir de 1972/74, permanece integral desde a época de Adam Smith, Turgot e Bentham, como preocupação de moralistas e juristas. Mas Bentham explica: "Aqueles que tomam a resolução de sacrificar o presente ao futuro (os que poupam, emprestam e são credores) são objeto natural da inveja daqueles que sacrificaram o futuro ao presente" (os que pediram emprestado e são devedores). "As crianças que comeram o bolo são inimigas naturais daquelas que ainda possuem o seu." O ressentimento é uma das mais poderosas e entranhadas reações humanas. Tanto a nível individual quanto coletivo, reconhece Bentham sua presença entre os devedores. Pois a eles custa confessar o erro cometido, seu vício de prodigalidade, seu hábito de gastar mais do que ganham, sua boa vida ao procurar utilizar a poupança alheia antes do que o produto de seu próprio e duro trabalho acumulado: é muito mais fácil esbravejar contra o rico banqueiro, sobretudo quando é estrangeiro, do que apertar o cinto e "fazer economia"...

Mas vejam exatamente a situação: na década dos 70, uma quantidade fenomenal de dinheiro tornou-se disponível, como resultado do trabalho dos ocidentais após um período inédito de prosperidade, e particularmente a partir dos lucros lotéricos (*windfall*) dos árabes, após o aumento dos preços do petróleo. Tratava-se de "reciclar" os famosos petrodólares e eurodólares. Era essa a função dos banqueiros. Eles não tiveram todo o lucro dos negócios, mas apenas suas régias comissões bancárias, mais a taxa de risco do negócio — o que era aliás suficiente para conceder a monstros como o Citicorp, o Chase Manhattan, o Credit Agricole e outros benefícios monumentais. Foi essa uma das conseqüências paradoxais do terceiro-mundismo: que tenha sacrificado o Terceiro Mundo boboca, que não dispõe de petróleo, ao Terceiro Mundo esperto, que o possui, por intermédio de financistas ainda mais espertos do Primeiro Mundo.

A título de comentário final, mais uma citação de Bentham: "Não é certamente um motivo de indiferença que uma classe de pessoas — qualquer que seja o ponto de vista no qual possa sua conduta ser julgada; que seja em relação a seu próprio interesse ou ao interesse daqueles com os quais conclui negócios, assim como segundo um critério de prudência ou de beneficência... mereça encômios mais do que censura — seja classificada com os desamparados e os descartados, e imputada com um grau de injúria que deveria ser aplicado apenas àquele cujo comportamento... é exatamente o oposto do seu próprio".